
SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Em recuperação judicial

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57
NIRE 3130002243-9

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

14 de fevereiro de 2025

Assembleia Geral Ordinária

14 de março de 2025

ÍNDICE

I.	Em Assembleia Geral Ordinária	3
II.	Anexo I: Item 2 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores	4
III.	Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária.....	25

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57
NIRE 3130002243-9
Companhia Aberta

Senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir a proposta da administração sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada, no dia 14 de março de 2025, às 10:00 (dez) horas, de modo totalmente digital, para facilitar o acesso de seus acionistas à assembleia, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório de Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme divulgadas em 24 de janeiro de 2025 nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 – B3 – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nestes dois últimos através do Sistema Empresas.NET.

Nos termos do inciso III do artigo 10º da Resolução CVM nº 81, as informações dispostas no Anexo I à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

O Anexo A da Resolução CVM nº 81 não está sendo apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício social findo em 31/12/2023.

Montes Claros-MG, 14 de fevereiro de 2025.

A Administração
Springs Global Participações S.A.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57
NIRE 3130002243-9

ANEXO I

Item 2 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Em recuperação judicial

CNPJ/MF N° 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 10º, inciso III da Resolução CVM nº 81.

IDENTIFICAÇÃO	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
REGISTRO NA CVM	n.º 20966
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Josué Christiano Gomes da Silva
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	Telefone (11) 2145-4476 e-mail: ri@springs.com
AGENTE ESCRITURADOR	ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SGPS3
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Jornal de Notícias de Montes Claros

2 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Informações prestadas com base nas demonstrações consolidadas do emissor.

2.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia tem honrado seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro, o que impactou suas atividades operacionais. A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais. Também tem negociado o alongamento de seu passivo financeiro.

A Companhia e outras empresas do Grupo, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

Na tabela a seguir são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia, em 31 de dezembro de 2023:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de 2023
Indicadores de liquidez	
Total do ativo circulante	482,3
Total do passivo circulante	1.940,0
<i>Índice de liquidez corrente</i>	<i>0,2</i>
Total do ativo circulante + realizável a longo prazo	859,3
Total do passivo circulante + passivo não circulante	2.761,4
<i>Índice de liquidez geral</i>	<i>0,3</i>
Indicadores de endividamento	
Total da dívida líquida sem arrendamento	1.047,7
Total da dívida líquida	1.264,3
Total da dívida líquida ajustada*	1.047,7
Patrimônio líquido	- 724,5
<i>Índice de endividamento sem arrendamento</i>	<i>-145%</i>
<i>Índice de endividamento</i>	<i>-174%</i>
<i>Índice de endividamento ajustado*</i>	<i>-145%</i>

* Excluindo debêntures conversíveis em ações da controlada indireta AMMO Varejo S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a liquidez corrente da Companhia foi de 0,2x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, inferior ao valor rerepresentado em 31 de dezembro de 2022, de 0,7x, impactada pela redução do ativo circulante, principalmente estoques, e pelo aumento do passivo circulante, principalmente pela reclassificação de debêntures de passivo não circulante para passivo circulante.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 0,6x em 31 de dezembro de 2023, igual ao valor registrado em 31 de dezembro de 2022, de 0,6x.

O saldo do endividamento líquido, excluindo arrendamento, era de R\$ 1.047,7 milhões em 31 de dezembro de 2023. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 60,1 milhões no final do exercício de 2023, com redução de 76,8% em relação aos R\$ 259,4 milhões, em 31 de dezembro de 2022.

b. Estrutura de capital

A tabela a seguir apresenta a descrição da estrutura de capital referente ao último exercício social:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de	
	2023	AV (%)
Capital de terceiros - circulante	1.053,8	275,0%
Capital de terceiros – não circulante	54,0	14,1%
<i>Capital de terceiros – Total</i>	<i>1.107,7</i>	<i>289,1%</i>
Capital próprio – Patrimônio Líquido	-724,5	-189,1%
Total	383,2	100,0%

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Springs Global foi negativo em R\$ 724,5 milhões, sendo -189,1% do capital total, enquanto o passivo total foi R\$ 1,1 bilhão, sendo 289,1% do capital total.

Nos últimos três anos houve redução significativa do patrimônio líquido, que se tornou negativo no exercício de 2023.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem honrado seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro, o que impactou suas atividades operacionais. A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais. Também tem negociado o alongamento de seu passivo financeiro.

A Companhia e outras empresas do Grupo, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia referente ao último exercício social:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de
	2023
Empréstimos e financiamentos	734,5
Debêntures	373,2

Arrendamentos a pagar	216,6
Total da Dívida	1.324,3
Caixa e equivalentes de caixa	(38,2)
Títulos e valores mobiliários	(21,9)
Instrumentos financeiros, líquidos	-
Total do (caixa) dívida líquida	1.264,3
Arrendamentos a pagar	216,6
Total da dívida líquida sem arrendamentos a pagar	1.047,7
Debêntures conversíveis	(232,1)
Total da dívida líquida sem arrendamentos a pagar e debêntures conversíveis	815,6

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos da Companhia em ativos não-circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como debêntures e Certificados Recebíveis Imobiliários (“CRI”).

Em 2022, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas.

A controlada indireta AMMO Varejo S.A. (“AMMO”), do segmento de negócios Varejo, assinou um contrato de financiamento no segundo trimestre de 2022 (2T22), por meio de emissão privada de debêntures conversíveis em ações da AMMO, no valor de até R\$ 300 milhões, com prazo de 5 anos, com remuneração de 20% ao ano, com capitalização trimestral, com pagamento do principal e juros em parcela única no vencimento das debêntures ou de forma antecipada, como no caso de uma oferta pública inicial de ações da AMMO. Em 20 de junho de 2022, foram subscritas debêntures totalizando R\$ 180 milhões e as demais debêntures, que totalizam R\$ 120 milhões, poderão ser subscritas até 1 de junho de 2023, caso sejam cumpridas determinadas condições precedentes e solicitadas pela AMMO.

As debêntures poderão ser convertidas em ações a serem emitidas pela AMMO, sendo 25% do saldo das debêntures de forma mandatária e 75% do saldo das debêntures a exclusivo critério do debenturista.

A tabela a seguir apresenta as fontes de financiamento da Companhia referente ao último exercício social:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos - Total	734,5
Circulante	680,5
Não circulante	54,0
*Debêntures - Total	373,2
Circulante	373,2
Não circulante*	-

* R\$ 232 milhões são referentes às debêntures conversíveis em ações da controlada indireta AMMO Varejo S.A.

Em 2023, a Companhia e sua controlada Coteminas S.A. (CSA) não cumpriram certos índices financeiros relativos a esses empréstimos.

No exercício de 2023, foram concluídas negociações junto às instituições financeiras, com as quais a Companhia e suas controladas mantêm contratos de financiamentos, para o alongamento de seus vencimentos com a obtenção de novo prazo médio de desembolsos superior a 3 anos, até março de 2030, tendo os desembolsos previstos para 2023 sido reduzidos em 80%.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 2024, a Companhia pretende contratar novos financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e de alongar seu perfil da dívida.

Conforme divulgado na seção Eventos Subsequente das Demonstrações Financeiras de 2023, entre 1 de janeiro e 30 de setembro de 2024, a controlada Coteminas repactou dívidas no montante (i) de R\$ 499,7 milhões com Banco do Brasil, (ii) de R\$ 3,6 milhões com Banco Safra, (iii) de R\$ 26,1 milhões com Banco Daycoval, e (iv) de R\$ 21,6 milhões com Banco Fibra.

Em março de 2024, a controlada Coteminas entregou o imóvel de Acreúna em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Luso Brasileiro no valor de R\$ 11,3 milhões, com opção de recompra do imóvel e direito de preferência. Com a transação, os empréstimos com o banco foram quitados em sua totalidade. Nesta operação houve uma perda no montante de R\$ 19,1 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias. Adicionalmente, entregou imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de empréstimos com o Banco Sofisa no valor de R\$ 27,9 milhões. Nesta operação houve um ganho de R\$ 25,8 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis.

Em março de 2024, a controladora Companhia Tecidos Norte de Minas (CTNM) realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau e Banco Bradesco, através de desapropriação de imóvel com recebimento de R\$ 22,0 milhões, a ser realizado da seguinte forma: (i) Justiça do Trabalho de Blumenau (R\$ 11,3 milhões); (ii) Banco Bradesco (R\$ 2,0 milhões); e (iii) Coteminas (R\$ 8,8 milhões).

Em maio de 2024, algumas empresas do grupo (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários e Seda S.A.), proprietárias dos imóveis, entregaram esses imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco Industrial do Brasil, no valor total de R\$ 64,3 milhões (R\$ 21,6 milhões em empréstimos da controlada Coteminas).

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, apresentamos a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia, com instituições financeiras, no final do último exercício social:

Em R\$ mil	Moeda	Taxa anual de juros - %	Em 31 de dezembro de 2023
Moeda nacional:			
BNDES	R\$	3,0 a 9,5	-
Banco do Brasil S.A.	R\$	120,0 do CDI	441.088
Banco Daycoval S.A.	R\$	7,1 e 14,9 e 9,8+CDI	24.422
Banco BMM S.A.	R\$	7,0 + CDI	6.373
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	3,9 e 4,9 a 6,3 + CDI	17.524
Banco Bradesco S.A.	R\$	6,1 e 6,3 + CDI	44.601

Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	168,0 do CDI	19.629
Banco Santander S.A.	R\$	5,6 + CDI	2.741
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	6,8 e 10,7 + CDI	5.510
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,8 e 8,3 + CDI	31.080
Caixa Economica Federal - CCB	R\$	180,0 do CDI	-
Banco Pine	R\$	9,1 + CDI	158
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	5,2 + CDI	26.752
Banco BTG Pactual S.A.	R\$	13,9	-
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	R\$	4,4	9.561
Banco Luso Brasileiro S.A.	R\$	8,9 + CDI	10.388
SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios	R\$	14,7 + CDI	4.968
Outros	R\$	-	13.106
			<u>657.901</u>
Moeda estrangeira:			
Banco Patagonia	\$ARG	38,7	2.447
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	13,3 e 13,5	-
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,0 e 8,5	74.166
			<u>76.613</u>
Total			734.514
Circulante			625.260
Não circulante			109.254

Diante o não cumprimento de certos índices financeiros, houve renegociações em 2024 para manter os vencimentos originais de certos empréstimos, cujas as parcelas de longo prazo, no valor de R\$ 308,8 milhões, foram reclassificados para o passivo circulante no balanço de 31 de dezembro de 2023.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau, (ii) fiança da Companhia; e (ii) duplicatas a receber.

A seguir, apresentamos a posição das debêntures da Companhia, no final do último exercício social:

Em R\$ milhões				Circulante	Não Circulante
Ano de Emissão	Valor de emissão	Vencimento	Encargos anuais (%)	31/12/2023	31/12/2023
2021	160,0	2021-2031	IPCA+8,0% a.a.	141,2	-
2022	180,0	20/06/2027	20% a.a.	232,1	-

Diante do não cumprimento de certos índices financeiros relativos às debêntures da controlada Coteminas S.A., as parcelas de longo prazo dessas debêntures, no valor de R\$ 122,5 milhões, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, diante de obrigação ("covenant") não cumprida, a controlada AMMO VAREJO S.A., apresentou as parcelas de longo prazo dessas debêntures, no valor de R\$ 232,1 milhões, no passivo circulante no balanço patrimonial. Exceto pelo não cumprimento dessa

obrigação não pecuniária, a controlada AMMO VAREJO S.A. está adimplente com suas obrigações contratuais.

As garantias das debêntures incluem garantias real e fidejussória, com fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva. Os imóveis da controlada Coteminas S.A., cujo valor de avaliação é superior a 1,8 vezes o saldo devedor das debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação deste imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciário, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda de investimento na SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da Springs US) de no mínimo 1,2 vezes.

Em relação às debêntures conversíveis, emitidas em 2022, a garantia real envolve a alienação fiduciária das ações de emissão da controlada indireta AMMO VAREJO S.A..

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas contratadas pela Companhia são classificadas em dois graus de subordinação:

- a) Quirografárias: sem garantias (títulos de crédito em geral)
- b) Privilegiadas: com garantias reais (penhor e hipoteca)

Em 31 de dezembro de 2023, do total de R\$ 1.035,5107,7 milhões de endividamento, dos quais R\$ 275,2 milhões são classificados como quirografários e R\$ 832,5 milhões possuem garantia real. Os empréstimos são garantidos por (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador, e (ii) por duplicatas a receber.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda de investimento na SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da Springs US) de no mínimo 1,2 vezes.

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA de, no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA de, no máximo 2,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA de, no máximo 3,0 vezes, (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes durante todo o período do contrato, e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos brutos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos últimos três exercícios são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em R\$ milhões	2023	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	686,4	100,0%	(43,6%)
Custo dos produtos vendidos	(454,6)	(66,2%)	(48,3%)
Materiais	(153,8)	(22,4%)	(67,9%)
Custos de conversão e outros	(244,5)	(35,6%)	(27,8%)
Depreciação	(56,3)	(8,2%)	(9,5%)
Custo de ociosidade e outros	(221,4)	(32,3%)	26,5%
Lucro bruto	10,4	1,5%	(93,6%)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(390,5)	(56,9%)	(16,3%)
Despesas com vendas	(247,5)	(36,0%)	(21,7%)
Despesas gerais e administrativas	(143,0)	(20,8%)	(5,1%)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	2,9	0,4%	(95,5%)
Outras, líquidas	(312,1)	(45,5%)	n.a.
Resultado operacional	(689,2)	(100,4%)	n.a.
Resultado financeiro	(364,2)	(53,1%)	2,0%
Resultado antes dos impostos	(1.053,5)	(153,5%)	n.a.
IR e CSSL	(12,5)	(1,8%)	n.a.

Lucro (Prejuízo) Líquido

(1.065,9) (155,3%)

n.a.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 686,4 milhões. Em relação ao exercício de 2022, houve redução de R\$ 531,0 milhões, ou 43,6%. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio Atacado alcançou R\$ 352,7 milhões em 2023, com redução de 57,9% em relação ao ano de 2022.

A receita líquida do segmento de negócio Varejo somou R\$ 333,7 milhões em 2023, com redução de 12,3% entre anos.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 454,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com redução de 48,3% em relação aos R\$ 879,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em função principalmente do menor volume de vendas, representando 66,2% da receita líquida, ante 72,3% em 2022.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e aviamentos, totalizaram custos de R\$ 153,8 milhões em 2023, denominados custos de materiais, com redução de 67,9% entre anos, devido, principalmente, ao menor volume de vendas.

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão de obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 244,5 milhões em 2023, com redução de 27,8% entre anos.

Parte do custo de conversão foi classificado como custo de ociosidade, devido às paradas programadas em algumas unidades fabris nos anos de 2022 e 2023. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção e, portanto, não são considerados no custo de produtos acabados, contabilizados nos "estoques", e, conseqüentemente, sem impacto nos resultados futuros da Companhia.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 56,3 milhões em 2023, com decréscimo de 9,5% em relação ao ano anterior.

Custo de ociosidade e outros

O custo de ociosidade e outros somou R\$ 221,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, versus R\$ 175,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 390,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivalentes a 56,9% da receita líquida, contra 38,3% no ano anterior.

Varição do valor justo de propriedades para investimento

A variação do valor justo de propriedades para investimento foi de R\$ 2,9 milhões positiva no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, versus R\$ 65,3 milhões positiva no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 somaram R\$ 312,1 milhões, ante outras despesas de R\$ 10,9 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022,

que incluem, entre outros, os custos legados que permaneceram na controlada Springs US, que englobam despesas com leasing financeiro, planos de aposentadoria e benefícios.

As provisões diversas, incluindo provisão para reestruturação, e baixas contábeis somaram R\$ 262,2 milhões em 2023.

A Springs Global US teve resultado negativo de R\$ 126,8 milhões em 2022, *versus* valor negativo de R\$ 13,9 milhões em 2022, ambos antes de impostos.

Lucro Bruto e Lucro Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 10,4 milhões em 2023, com margem bruta de 1,5%, ambos com forte retração entre anos.

O resultado operacional foi negativo em R\$ 689,2 milhões em 2023, ante valor negativo em R\$ 249,7 milhões em 2022.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 357,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 364,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um incremento de R\$ 7,2 milhões, devido principalmente pelo aumento de R\$ 28,7 milhões de despesas financeiras – juros e encargos, parcialmente compensados pela redução de R\$ 16,9 milhões de despesas bancárias, impostos, descontos e outros.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia obteve valor negativo de R\$ 12,5 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, ante valor negativo de R\$ 24,1 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com variação de R\$ 11,6 milhões entre anos.

Lucro (Prejuízo) do exercício

O prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 alcançou R\$ 1.065,9 milhões, ante prejuízo líquido de R\$ 630,8 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Em R\$ milhões	2023	2022
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(70,9)	112,5
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(70,6)	(54,4)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(55,7)	(51,6)
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	(187,3)	25,7
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(187,3)	25,7

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2023vs 2022

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 70,9 milhões, ante R\$ 112,0 milhões gerado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, com variação de R\$ 182,9 milhões entre anos, principalmente, devido ao menor resultado operacional ajustado com os efeitos de caixa, parcialmente compensado pelas variações das contas de ativos e passivos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o caixa aplicado pelas atividades de investimento foi de R\$ 70,6 milhões, com variação de R\$ 16,2 milhões em relação aos R\$ 54,4 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Os investimentos no ativo imobilizado somaram R\$ 10,5 milhões em 2022, *versus* R\$ 11,1 milhões em 2022. Em 2023

destinamos R\$ 65,9 milhões aos empréstimos entre empresas associadas, ante R\$ 32,3 milhões em 2022.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 55,7 milhões, ante R\$ 51,6 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

10.2 Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

As receitas da Companhia no ano de 2023 decorrem basicamente de vendas de produtos de cama, mesa e banho.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o mercado na América do Sul representou 100% da receita consolidada da Companhia, sendo o Brasil responsável por 73% e a Argentina por 27%.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O resultado operacional foi negativo em R\$ 689,2 milhões em 2023, ante valor negativo em R\$ 249,7 milhões em 2022, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 301,1 de outras despesas líquidas e à redução de R\$ 152,3 milhões do lucro bruto e de R\$ 623 milhões da variação positiva do valor de propriedades para investimento, parcialmente compensada pela redução de R\$ 76,2 milhões das despesas de SG&A

A receita líquida alcançou R\$ 686,4 milhões em 2023, 43,6% inferior à do ano de 2022.

Os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, apresentaram redução de 67,9% entre anos, devido, principalmente, ao menor volume de vendas. O preço médio do algodão, nossa principal matéria-prima, decresceu 33,9% em reais, entre anos.

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão de obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, apresentaram redução de 27,8% entre anos.

Parte do custo de conversão foi classificado como custo de ociosidade, devido às paradas programadas em algumas unidades fabris nos anos de 2022 e 2023. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção e, portanto, não são considerados no custo de produtos acabados, contabilizados nos "estoques", e, conseqüentemente, sem impacto nos resultados futuros da Companhia. O custo de ociosidade e outros somou R\$ 221,4 milhões em 2023, *versus* R\$ 175,1 milhões em 2022.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição apresentou decréscimo de 9,5% em relação ao ano anterior.

Em conjunto, os custos de produtos vendidos (CPV) apresentaram redução de 48,3% em relação ao ano de 2022, em função principalmente do menor volume de.

As despesas de vendas, gerais e administrativas tiveram redução de 16,3% em relação ao ano anterior.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis à introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio, e inflação

A receita líquida consolidada foi 43,6% inferior à de 2022. A receita de atacado apresentou redução de 57,9% entre anos, enquanto a receita de varejo apresentou decréscimo de 12,3% entre anos.

Houve decréscimo do volume de vendas de 71,1% entre anos, de 24.229 toneladas em 2022 para 6.996 toneladas em 2023.

O preço médio de nossos produtos teve aumento de 95,3% entre anos, passando de R\$ 50,2 por tonelada em 2022 para R\$ 62,0 por tonelada em 2023.

A economia fragilizada no Brasil nos últimos anos dificultou o repasse de inflação e/ou variação cambial para o consumidor final. Deste modo a estratégia da Companhia tem sido oferecer produtos com maior valor agregado e de valor percebido aos consumidores e que, portanto, individualmente, alcançam preços melhores, e deste modo, preservando sua margem de venda.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia possui participação em controladas no exterior cujas moedas funcionais são o Dólar e o Peso Argentino. O efeito da variação da paridade cambial dessas moedas para o Real, moeda funcional da Companhia, é contabilizado em conta do patrimônio líquido e somente afetará o resultado na hipótese de alienação ou baixa daqueles investimentos. A conversão das demonstrações financeiras dessas controladas para o Real pode gerar flutuações nas demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo das variações cambiais foi negativo em R\$ 19,4 milhões em 2023, refletindo a desvalorização do Real no período na posição líquida de passivos em dólar.

Os preços dos principais insumos de produção da Companhia tais como, algodão, poliéster e produtos químicos, são impactados pelo câmbio e pelos preços no mercado mundial.

Os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, apresentaram redução de 67,9% entre anos, devido, principalmente, ao menor volume de vendas. O preço médio do algodão, nossa principal matéria-prima, decresceu 33,9% em reais, entre anos.

O resultado financeiro é impactado pela taxa de juros, uma vez que a maioria da sua dívida é denominada em Reais e com taxa de juros flutuantes.

Em 2023, as despesas financeiras – juros e encargos – aumentaram em R\$ 28,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, tínhamos dívida bruta atrelada à taxa CDI no montante de R\$ 647,0 milhões, equivalente a 58% da dívida bruta total.

2.3 Os diretores devem comentar

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

No exercício de 2023 não houve mudança nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No relatório do auditor referente ao exercício de 2023, não houve opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Plano de recuperação judicial, valor recuperável de ativos, liquidação de passivos e continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 06 de maio de 2024, a Companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial que foi deferido em 25 de julho de 2024 pelo juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte (“Juízo”), nos termos da Lei nº 11.101/2005, sendo que até a emissão desse relatório a Administração da Companhia protocolou em Juízo o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) em 26 de setembro de 2024, e aguarda a sua homologação pelo Juízo, para ser então apreciado pela Assembleia Geral de Credores.

No contexto de incerteza relevante de continuidade operacional decorrente do acima, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia e de suas controladas nas operações futuras de cada uma dessas sociedades, envolvendo a posição de endividamento da Companhia e suas controladas, a pervasividade dos reflexos da recuperação judicial no contexto da elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o cenário de múltiplas incertezas decorrentes desses assuntos, e considerando que a Companhia está avaliando os possíveis impactos, se houver, do PRJ, não nos foi possível concluir, nem por meio de procedimentos alternativos, sobre a realização de ativos e liquidação de passivos, efeitos sobre impairment dos ativos imobilizado e intangível, realização dos saldos com partes relacionadas, obrigações com controlada, eventuais ajustes, nos passivos relacionados a empréstimos, fornecedores, debentures e outros passivos, sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia, quando do futuro reconhecimento dos efeitos do PRJ.

Considerando as incertezas relacionadas acima, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional pela Companhia e suas controladas é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos (individuais e consolidados) dos ativos (financeiros e não financeiros), passivos e elementos componentes das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), caso as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto.

Não reclassificação de parcelamentos tributários para o curto prazo

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.d, a controlada direta Coteminas S.A. – em recuperação judicial e a controlada indireta AMMO Varejo S.A. – em recuperação judicial, tiveram rescindidos os seus Parcelamentos pelas Autoridades Tributárias, o que resultaria em uma reclassificação para o passivo circulante no montante de R\$ 278.180 mil nas Demonstrações Financeiras consolidadas. A Administração da Companhia em conjunto com seus assessores legais está planejando um novo Refinanciamento Tributário. Consequentemente o saldo da rubrica de Impostos devidos e parcelamentos no Passivo circulante está subavaliado no montante de R\$ 278.180 mil no consolidado e o Passivo não circulante está superavaliado no mesmo montante.

Adicionalmente, não tivemos acesso a documentação apropriada e suficiente de auditoria para os itens relacionados abaixo:

Não recebimento da totalidade das confirmações externas

Não recebemos a totalidade das confirmações externas de instituições financeiras de suas controladas: Coteminas S.A. – em recuperação judicial, AMMO Varejo S.A. – em recuperação judicial e Lat Capital Ltd. e as confirmações externas de assessores jurídicos da controlada Coteminas S.A. – em recuperação judicial. Portanto, não conseguimos concluir sobre os saldos das rubricas:

- Caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 38.160 mil no consolidado;
- Títulos e valores mobiliários nos montantes de R\$ 13.290 mil no ativo circulante consolidado e R\$ 8.632 mil no ativo não circulante consolidado;

- Depósitos judiciais no montante de R\$ 12.822 mil no consolidado;
- Empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 680.547 mil no passivo circulante consolidado e R\$ 53.967 mil no passivo não circulante consolidado;
- Debêntures no montante de R\$ 373.220 mil no consolidado; e
- Provisões diversas (para riscos e demandas judiciais) no montante de R\$ 78.416 mil no consolidado.

Obrigações sociais e trabalhistas

Não recebemos as conciliações e a totalidade das documentações suportes para validação das obrigações sociais e trabalhistas da controlada direta Coteminas S.A. – em recuperação judicial e da controlada indireta AMMO Varejo S.A. – em recuperação judicial e, portanto, não conseguimos concluir sobre o montante de R\$ 122.274 mil, no consolidado. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade dos referidos saldos registrados no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Estoques, Custos dos produtos vendidos e Custos de ociosidade

Não recebemos a totalidade das documentações suportes para validação dos Estoques, Custos dos produtos vendidos e de Custos de ociosidade da controlada direta Coteminas S.A. – em recuperação judicial e, portanto, não conseguimos concluir sobre os montantes de Estoques de R\$ 217.522 mil, no consolidado, Custos dos produtos vendidos de R\$ 454.645 mil, no consolidado, e do montante de Custos de ociosidade no valor de R\$ 221.446 mil, no consolidado. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade do referido saldo registrado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Investimento e obrigações com controladas – Diretas e Indireta

Springs Global US – Inc.

Não auditamos, nem foram auditadas por outros Auditores Independentes as demonstrações financeiras da controlada direta Springs Global US – Inc., localizada nos Estados Unidos da América.

Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade dos saldos nas demonstrações financeiras desse investimento no valor de R\$ 202.729 mil e o resultado de equivalência patrimonial no valor negativo de R\$ 142.389 mil, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.a.

Coteminas S.A. – em recuperação judicial

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Controlada direta Coteminas S.A. – em recuperação judicial, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria desta mesma data apresenta a conclusão de Abstenção de Opinião em virtude dos assuntos descritos acima.

AMMO Varejo S.A. – em recuperação judicial

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Controlada indireta AMMO Varejo S.A. – em recuperação judicial, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria desta mesma data apresenta a conclusão de Abstenção de Opinião em virtude dos assuntos descritos acima.

2.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 a introdução ou

alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2023, a controlada Coteminas S.A. subscreveu e integralizou capital na sua controlada Ammo Varejo S.A no valor de R\$ 42 mil.

Em 2022, a controlada Coteminas S.A. realizou aporte de capital na sua controlada Ammo Varejo S.A no valor de R\$ 196,8 milhões, subscrito e integralizado mediante a conferência das marcas “ARTEX”, “AMMO” e “PERSONO” no valor de R\$ 170,9 milhões, apurados em laudo de avaliação das marcas realizado por consultores especializados, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., e saldos de mútuo no valor de R\$ 25,9 milhões.

Em 2021, a controlada Coteminas S.A. vendeu para a sua controlada Ammo Varejo S.A a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda (C7S) por seu valor patrimonial contábil, via mútuo. A C7S foi criada em 2017 com objetivo de desenvolver e fazer a gestão do sistema de vendas pela internet diretamente ao consumidor, cujas atividades tiveram início em fevereiro de 2018.

Em 2021, a controlada Coteminas S.A. subscreveu e integralizou capital na controlada Companhia Textil Guarani, no valor de R\$ 27,3 milhões.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022, e 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA: o EBITDA da nossa Companhia consiste no lucro líquido antes das receitas e despesas financeiras líquidas (incluindo variação cambial líquida), IRPJ e CSLL e da depreciação e amortização, sendo esta a definição para o cálculo do EBITDA utilizada pela Companhia. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborado segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a composição dos valores de EBITDA para o último exercício social:

Em R\$ milhões	2023
Lucro (prejuízo) líquido	(1065,9)
(+) Imposto de renda e contribuição social operação	12,5

(+) Resultado financeiro operação	364,2
(+) Depreciação e amortização	92,8
EBITDA	(596,5)

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA funciona como ferramenta de medida de desempenho pela administração, permitindo uma melhor compreensão não só sobre do desempenho financeiro, como também da capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para investimento em capital fixo ou de giro.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

a) Reestruturação operacional

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada Coteminas S.A. firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários e seus termos de pagamento. Com o referido acordo, uma redução de 1.709 funcionários ocorreria em até 90 dias, passando a controlada Coteminas S.A. a ter 4.272 funcionários no Brasil. Os custos iniciais estimados com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$ 42,9 milhões, e seriam pagos em até 12 parcelas. Em 2023, os custos destas rescisões corresponderam a R\$ 38,7 milhões. Para os casos de rescisão indireta, as provisões trabalhistas foram complementadas.

Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada Coteminas S.A. incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários em seu plano de reestruturação. Os custos totais das demissões, com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$104,0 milhões, dos quais R\$81,7 milhões foram incluídos na Recuperação Judicial.

Considerando o aumento dos processos judiciais trabalhista após dezembro de 2023 até agosto de 2024, a controlada Coteminas S.A. complementou o saldo de provisão para perdas trabalhistas em aproximadamente R\$ 52,2 milhões, que não estão refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 2 de abril de 2024, a Companhia divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada Coteminas S.A. com a desativação de duas plantas industriais e conseqüentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento. Os impactos contábeis dessas medidas não estão refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O valor justo dessas unidades fabris, apurados em laudo de avaliação feito pela Mercatto, sem a inclusão de máquinas e equipamentos que serão disponibilizados para a venda, é de R\$ 510,1 milhões com um aumento no patrimônio líquido de R\$ 274,8 milhões, líquidos da provisão para imposto de renda.

Em 2024, no contexto de uma reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta Ammo Varejo S.A. decidiu pelo fechamento de 33 lojas próprias que ainda estão em curso. Com essa decisão, os valores referentes as benfeitorias em imóveis de terceiros e outros ativos imobilizados, como também aos pontos comerciais, deixaram de ser recuperáveis e, portanto, foi efetuada provisão para perdas na realização desses ativos no valor de R\$ 4,2 milhões e R\$ 5,8 milhões respectivamente, já reconhecidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Banco do Brasil – Em março de 2024, a controlada Coteminas S.A. repactuou dívidas dos empréstimos NCE no montante de R\$ 4498 milhões, considerando taxa de juros anual de 100% CDI e vencimento para dezembro de 2033. A amortização mensal dos juros a partir de 2026 e do principal a partir de 2029. Em abril de 2024, a controlada Coteminas S.A. repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$ 49,8 milhões, considerando taxa de juros anual de 6,52% e vencimento para janeiro de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador e da Companhia; e (iii) por duplicatas a receber.

Banco Safra – Em março de 2024, a controlada Coteminas S.A. realizou acordo extrajudicial, repactuando dívidas no montante de R\$ 3,6 milhões, considerando taxa anual de 6,2% + CDI e vencimento até fevereiro de 2029. A amortização do principal a partir de abril de 2025. O empréstimo é garantido por aval.

Banco Luso Brasileiro - Em março de 2024, a controlada Coteminas S.A. entregou o imóvel de Acreúna em dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco no valor de R\$ 11,3 milhões, com opção de recompra do imóvel e direito de preferência. Com a transação, os empréstimos com o banco foram quitados em sua totalidade. Nesta operação houve uma perda no montante de R\$ 19,1 milhões, já provisionados nas demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2023.

Banco Sofisa - Em março de 2024, a controlada Coteminas S.A. entregou imóveis em dação de pagamento para quitação parcial de empréstimos com o banco no valor de R\$ 27,9 milhões. Nesta operação houve um ganho de R\$ 25,8 milhões, que não estão refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em novembro de 2024, a controlada Coteminas S.A. repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$ 4,1 milhões, considerando vencimento até novembro de 2029, a amortização do principal a partir de dezembro de 2025. O empréstimo é garantido por aval e penhora de imóveis.

Banco Bradesco - Em março de 2024, a controladora Companhia de Tecidos Norte de Minas - CTNM realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau e Banco Bradesco, através de desapropriação de imóvel com recebimento de R\$ 22,0 milhões, a ser realizado da seguinte forma:

a) Justiça do Trabalho de Blumenau no montante total de R\$113 milhões, recebimento em 20 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC (taxa básica de juros da economia) para abatimento de dívidas trabalhistas da controlada Coteminas S.A. no Município.

b) Banco Bradesco no montante total de R\$ 20 milhões, recebimento em 4 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC que abaterá parcelas atrasadas do empréstimo da Companhia com a FINEP (operação afiançada pelo Banco Bradesco).

c) controlada Coteminas S.A. no montante total de R\$ 8,8 milhões, recebimento em 16 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC. Os valores a receber pela controlada CSA serão destinados a um fundo de reservas para quitação do empréstimo da SGPSA com a FINEP.

Banco Daycoval – Em abril de 2024, a controlada Coteminas S.A. repactuou dívidas dos empréstimos NCE no montante de R\$ 21,1 milhões, considerando taxa de juros anual de 9,25% + CDI e vencimento para outubro de 2026. Em abril de 2024, a controlada Coteminas S.A. repactuou empréstimo CCB no montante de R\$ 2,7 milhões, considerando taxa de juros anual de 19,14% + CDI e vencimento para outubro de 2025. Em setembro de 2024, a controlada Coteminas S.A.

repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$ 26,1 milhões, considerando taxa de juros anual de 1,5% + CDI e vencimento para abril de 2026. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador; e (ii) alienação fiduciária de bens imóveis.

Banco Industrial do Brasil – Em 06 de maio de 2024, a controlada Coteminas S.A. em conjunto com a Companhia Tecidos Santanense e a controladora Companhia de Tecidos Norte de Minas - CTNM, entregaram imóveis em dação de pagamento para quitação de seus empréstimos com o banco, no valor total de R\$ 64,3 milhões (R\$ 21,6 milhões em empréstimos da controlada Coteminas S.A.), via mútuo com as empresas proprietárias dos imóveis (controladora Companhia de Tecidos Norte de Minas -CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários e Seda S.A.)

Banco Fibra – Em junho de 2024, a controlada Coteminas S.A. repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$ 21,6 milhões, considerando taxa de juros anual de 3% +CDI durante 24 meses e após, taxa de juros anual de 6,75% +CDI e vencimento para junho de 2029. A amortização anual do principal a partir de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador e da controladora Companhia de Tecidos Norte de Minas - CTNM (ii) cessão fiduciária de duplicatas, direitos creditórios e cédula de produto rural (iii) alienação fiduciária de bens imóveis.

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nas apresentações do balanço e notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

c) Debentures - AMMO .

Em dezembro de 2023, pelo não cumprimento de certas cláusulas contratuais não pecuniárias, o debenturista Odernes enviou correspondência para a sua controlada indireta Ammo Varejo S.A. (AMMO), e para a controlada Coteminas S.A. notificando ambas de que foi verificada a quebra de cláusula contratual e que poderia pedir o vencimento antecipado das debêntures, mas não o fez.

Em fevereiro de 2024 foram assinados aditivos aos contratos de garantias e à escritura das debêntures emitidas pela controlada indireta Coteminas S.A., prestando garantias adicionais e, em contrapartida às garantias adicionais, foi concedido um prazo adicional de 1 ano para juntos, debenturista, controlada indireta Coteminas S.A. e a controlada Coteminas S.A., encontrarem uma solução para a liquidação das debêntures.

Em 8 de maio de 2024, a Companhia e a controlada indireta Coteminas S.A. divulgaram fato relevante sobre notificação enviada pelo debenturista Ordenes, alegando o vencimento antecipado, e a consequente excussão das garantias exigindo a consolidação da propriedade das ações de emissão da controlada indireta Coteminas S.A..

A controlada Coteminas S.A., por sua vez, contranotificou o debenturista informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da Coteminas S.A. ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, a controlada Coteminas S.A. juntamente com outras empresas do grupo, em 6 de maio de 2024, requereram Recuperação Judicial e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada Coteminas S.A., e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa entre as partes. No referido acordo, além de garantias adicionais, inclusive a marca Mmartan, foram pactuados pagamentos trimestrais a partir de dezembro de 2025 de parcelas fixas de R\$ 3,75 milhões até dezembro de 2029, e pagamento do saldo devedor até dezembro de 2029. Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre o principal não haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$ 34,5 milhões até dezembro de 2029 o saldo devedor

remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplência e ocorrerá o consequente cancelamento das debêntures

2.7 Política de destinação dos resultados

Exercício social encerrado em 31.12.2023

Retenção de lucros

a. Regras sobre retenção de lucros

A reserva legal é 5% do lucro líquido do exercício. Parcela de até 63% do lucro líquido, por proposta do Conselho de Administração, poderá ser destinada para a constituição de Reserva para Investimentos, com a finalidade de (i) assegurar recursos para o desenvolvimento das atividades da Companhia; ou (ii) ser utilizadas em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia. O valor total da Reserva de Investimento não poderá exceder 80% do capital social.

a.i.) Valores das retenções de lucros

No exercício social encerrado em 31/12/2023 não houve retenção de lucro por ter apresentado prejuízo.

a.ii.) Percentuais em relação aos lucros totais declarados

No exercício social encerrado em 31/12/2023 não houve retenção de lucro por ter apresentado prejuízo.

Distribuição de dividendos

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Em cada exercício social, dividendo obrigatório igual a 1/3 do lucro líquido ajustado nos termos da lei, ficando o saldo a disposição da Assembleia Geral que, respeitadas as prescrições legais, deliberará a respeito de seu destino.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Anual ou semestral

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não possui política de destinação de resultados. Destinação do resultado conforme prevista no Estatuto Social da Companhia

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia, no exercício social de 2023, não possuía ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, no exercício social de 2023, não possuía outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Plano de negócios

a. Investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em R\$ milhões	Investimentos		
	2023	2022	2021
Total	10,5	11,1	36,5

Os investimentos de capital somaram R\$ 10,5 milhões em 2023 e R\$ 11,1 milhões em 2022, principalmente, à melhoria operacional.

Em 2021, o principal investimento foi em capital de giro, visando (i) a formação de estoques para ampliação do portfólio de produtos relacionados ao mercado de homewellness no segmento varejo, incluindo eventuais adiantamentos a fornecedores, e (ii) recomposição de estoque de produtos de cama, mesa e banho, no segmento atacado, para melhor atendimento dos nossos clientes em termos de prazo e oferta de *mix* de produtos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia celebrou, em 28 de dezembro de 2018, um acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte. A Springs Global, cujas operações foram avaliadas em US\$ 126 milhões, recebeu US\$ 90 milhões em dinheiro, no fechamento da transação (“closing”), e US\$ 36 milhões em ações da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC, representando uma participação de 17,5% do seu capital social. O fechamento da transação ocorreu no dia 15 de março de 2019, após o cumprimento das condições precedentes.

Em dezembro de 2020, a controlada Springs Global US disponibilizou para venda sua participação em coligada, com operações nos Estados Unidos. Deste modo, o resultado relativo a esta participação foi classificado como resultado de operações descontinuadas, e o saldo de investimento e ágio, no valor de R\$ 123,7 milhões, que foi reclassificado para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

Após reestruturação de sua capacidade operacional no Brasil, a Companhia disponibilizou três ativos para venda, com valor contábil de cerca de R\$ 100 milhões e valor à mercado de R\$ 230 milhões, de acordo com avaliação efetuada em 2012 pela Cushman & Wakefield: (i) terreno em São Gonçalo do Amarante, RN; (ii) matriz em Montes Claros, MG; e (iii) parte da unidade em Blumenau, SC.

Em 10 de fevereiro de 2015, a Companhia anunciou ao mercado que sua controlada Coteminas S.A. concluiu negociação de venda, para o Município de Montes Claros, do imóvel localizado na Av. Governador Magalhães Pinto, 4000, compreendendo o terreno de 161.930 m², com edificações com cerca de 28 mil m² de área construída, pelo valor total de R\$ 48 milhões de reais, a serem pagos em 48 meses, sendo 12 meses de carência, corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado. Tal contrato, em que da matrícula de transferência do imóvel consta cláusula pró-solvendo, foi firmado com o Poder Executivo Municipal após autorização expressa do Poder Legislativo daquele Município. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit”. A controlada Coteminas S.A. possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

Em 31 de dezembro de 2016, haviam 8 parcelas vencidas. A Administração da Companhia classificou a totalidade do recebível como ativo não circulante, tendo como pressuposto a atual situação financeira do Município e também a possibilidade do alongamento dos vencimentos do referido crédito. A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus advogados e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas

de perdas com esse recebível, seja pela modificação das condições de pagamento ou pela retomada do imóvel.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada Coteminas S.A. assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que irá abrigar o governo e as principais secretarias num único conjunto arquitetônico situado no imóvel. Os principais pontos do protocolo são: i) entrega de imóveis da Prefeitura, previamente selecionados, para pagamento parcial dos recebíveis da controlada Coteminas S.A., os quais serão objeto de avaliação independente (estimado em 77% do valor total do recebível) mais a compensação de impostos municipais correntes e futuros (estimados em 23% do valor total do recebível) e ii) implantação pela controlada Coteminas S.A. da primeira etapa de adequação do complexo em até sete meses após a assinatura do contrato. A ratificação do protocolo deverá ser objeto de projeto de lei municipal a ser encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara.

Em 21 de dezembro de 2018 foi promulgada lei nº 5.111, ratificando o protocolo de intenções acima referido determinando que fosse liquidado o recebível da controlada CSA corrigido até 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 54,6 milhões, mais investimentos a serem realizados pela controlada Coteminas S.A. para a implantação da primeira etapa de adequação do complexo no valor orçado de até R\$ 11,2 milhões e reembolso dos valores despendidos pela controlada Coteminas S.A. com a contratação de projetos e avaliações independentes dos imóveis no valor de R\$ 0,4 milhão, da seguinte forma: (i) entrega de diversos imóveis de propriedade da Prefeitura, avaliados em R\$ 55,3 milhões; (ii) créditos de impostos e taxas municipais, no valor de R\$ 10,9 milhões.

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões. Em 2018, realizamos uma segunda mensuração do valor justo do complexo comercial, apurado em R\$ 248,3 milhões, com incremento de R\$ 18,3 milhões em relação à avaliação anterior.

Em 2018, disponibilizamos uma nova área de 520 mil m², no município de São Gonçalo do Amarante – RN, para início de empreendimento habitacional, com valor justo apurado de R\$ 44,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018.

Em 2021, a controlada Coteminas S.A. desocupou e destinou o imóvel de Acreúna para valorização ou renda, com valor justo de R\$ 30,4 milhões, em 31 de dezembro de 2021.

b. desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não ocorreram aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia no último exercício social.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve investimentos em novos produtos e serviços que podem influenciar materialmente o resultado da Companhia no último exercício social.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não houve oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG que podem influenciar materialmente o resultado da Companhia no último exercício social.

2.11 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARIAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO 2

Não existem outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 2.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57
NIRE 3130002243-9

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA
GERAL ORDINÁRIA**

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57
NIRE 3130002243-9
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Springs Global Participações S.A (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, às 10:00 horas do dia 14 de março de 2025, de modo totalmente digital, para facilitar o acesso de seus acionistas à assembleia, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal; e
- (ii) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Informações Gerais:

Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na regulamentação vigente, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.springs.com/ri), e nos sites da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

As regras e os procedimentos para os acionistas que desejarem participar por meio digital da AGO encontram-se no site de Relações com Investidores da Companhia, (www.springs.com/ri), na seção Governança Corporativa / Atas de Reunião e Assembleia.

Os acionistas que desejarem participar, pessoalmente ou através de procuradores, da AGO por meio digital deverão enviar tal solicitação à Companhia, pelo e-mail ri@springs.com, incluindo os documentos de comprovação da sua identidade e os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital, com antecedência mínima de 48h da realização da AGO, ou seja, até as 10 horas, horário de Brasília, do dia 12 de março de 2025.

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade.

A Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientação contida na Proposta da Administração.

Montes Claros-MG, 12 de fevereiro de 2025.

A Administração